

## POLÍTICA

## ALÉM DA NOTÍCIA

## Golpe contra o golpe

O presidente Sarney concedeu ontem um ano de seu mandato, que a Constituição em vigor legitimamente lhe conferiu, para furar ele próprio o bloqueio que o PMDB armara, mantendo a questão indefinida para se assegurar da tutela sobre o chefe do governo nas áreas política e econômica.

Tentando romper o cerco — ao propor ontem o mandato de 5 anos, com equivalência para os mandatos dos próximos presidentes — Sarney assestou um golpe sobre o próprio poder constituinte, que tentara já golpear-lhe com a apresentação da proposta das resoluções constitucionais, soberanas para mudar tudo, até reduzir drasticamente o mandato presidencial.

O Presidente jogou todas suas cartas para tentar de uma vez por todas escapar à onda reducionista de seu mandato, propagada desde que o inquieto deputado Maurílio Ferreira Lima interpretou o pensamento presidencial como desejo de apenas quatro anos no poder.

Ora, Sarney nem podia permanecer batendo na tecla dos 6 anos tão antiquada como despropositada — como não devia em momento algum ceder, recuando para quatro. Do zero ao infinito, havia entre a vontade e a realidade uma barreira, que poderia ser superada apenas pela audácia.

Ontem, o Presidente da República jogou os cinco anos na mesa e procurou com isso arrastar a Constituinte para estabelecer a isonomia dos mandatos. Mas sabe Sarney que ele nada tem a ver com o período de governo dos próximos presidentes, pois é o último de uma galeria presidencial que se esvai numa transição cada vez mais descaracterizada.

Trocando em miúdos, a questão do mandato é — e sempre foi — inegociável. Se o Presidente quera dar um ano como concessão para acalmar as forças que o acessam, o certo, jurídico e legal seria renunciar ao cabo de governo. Esse gesto do Presidente é independente de quaisquer rumos que vierem a ser adotados pela constituinte.

É claro que a situação política é frágil, e que a inflexibilidade na questão do mandato poderia largar o Presidente da República numa rota de colisão contra o PMDB. Mas se a questão tivesse sido colocada de forma irretroatável e inegociável frente à Constituição — apresentando a redução do seu mandato como golpe congressional — Sarney teria tido mais chance de chegar mais à frente. Como se tornou parte interessada no processo, colocando em dúvida o mandato ao exigir do PMDB que o fixasse, perdeu a oportunidade de se tornar um fato consumado no poder.

Hoje, Sarney tenta, num golpe audacioso, recuperar o terreno perdido. As pesquisas mostram que a maioria do Congresso quer cinco anos de mandato, e ele julga estar indo ao encontro dessa tendência. No entanto, agora se ele cedeu um ano, o Congresso poderá até por orgulho, tentar retirar-lhe dois, fixando em quatro o mandato. Seria melhor que tudo isso fosse logo definido, pois existe também a possibilidade de que nem quatro anos atendam aos mais exauridos pela máquina desgovernada da transição.

## PARLAMENTARISMO, HOJE

Quando o ministro Aluizio Alves abrir, hoje de manhã, no auditório Petrônio Portella, o seminário sobre presidencialismo e parlamentarismo, estará trazendo para dentro do poder central a primeira idéia acabada do que poderá vir a ser a nova forma de governo.

LEONARDO MOTA NETO